



Vigilantes da Evik em SP são obrigados a trabalhar um mês de graça para a empresa

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
Rua TRAIPIJ 61
PACAEMBUJ SAO PAULO
CNPJ: 01.111.567/0001-06 Referência: 06/2018

REGISTRO DIRET / DEPTO / SETOR / SEÇÃO / CENTRO CUSTO / CLIENTE / POSTO DATA ADMISSÃO

TRABALHADOR CARGO NIVEL
PIS: VIGILANTE

VERBA	DESCRIÇÃO DA VERBA	REFER	PROVENTOS	DESCONTOS
0001	SALARIO MENSAL	30,00	1.486,90	
0011	ADICIONAL PERICULOSIDADE		487,78	
0410	INSS	9,00		190,23
0433	CONTR.SINDICAL - ASSISTENCIAL			14,86
0435	VALE REFEICAO			35,53
0511	DESCONTO VT 6%			89,21
0556	DANOS E PREJUICIOS			264,18
0601	ASSISTENCIA MEDICA GREENLINE	1,00		89,21

SALAR BASE SAL. CONTR. BASE FGTS FGTS MES. BASE IRRF DEP I.R. TOT. PROVENTOS TOT. DESCONTOS

DEPOSITO EFETUADO NA CONTA: TOTAL LIQUIDO

Uma ação tomada pela Evik - Segurança e Vigilância Ltda., está tirando o sono de 22 de seus vigilantes. Isso porque a empresa está descontando mais de R\$ 23 mil dos colaboradores – mais de um salário mínimo de cada – pelo que alega ser uso indevido de um celular com internet. O caso aconteceu em um posto de serviço da empresa localizado em Barueri, na grande São Paulo. A Evik afirma que os trabalhadores do posto utilizaram um celular corporativo para fazer ligações e acessar a internet durante um mês, gerando uma

dívida de R\$ R\$ 23.248,18 para ela. Entretanto, a empresa sequer consegue comprovar o uso do aparelho. Por isso, a equipe não aceitou a cobrança e, quando os vales autorizando os descontos chegaram, eles se negaram a assinar. De acordo com os vigilantes, o aparelho – assim como a internet – era usado por funcionários da empresa contratante. O mínimo que os trabalhadores esperavam era que a empresa apresentasse provas – por meio de extratos detalhados da conta, por exemplo – de que eles foram os responsáveis pelo uso.

DESCONTO DO VALOR

Mesmo com os questionamentos e sem esclarecer completamente os fatos, a Evik optou por começar descontar o valor. Dividido em quatro vezes, já no mês de junho fez a primeira retirada. Com menos R\$ 264,78 nos holerites os vigilantes ficaram revoltados e recorreram ao Sindicato dos Vigilantes de Barueri, que convocou a empresa para dar esclarecimentos. A reunião está marcada para acontecer na terça-feira, 24/7, às 14 horas. De acordo com o presidente do Sindicato, Amaro Pereira da Silva, é absurda a decisão de punir 22 pessoas sem que a questão esteja clara. Segundo ele, estão sendo descontados até vigilantes que estavam de férias. “Vamos ouvir a empresa

para saber que critérios estão sendo usados para a cobrança e se não está havendo abuso. Também pedimos o extrato da conta, que será analisado pelo departamento jurídico”, afirma. Amaro lembra que ninguém deve ser punido ou trabalhar de graça por conta de erros de terceiros. “Se houve uma irregularidade, que se comprove e que se puna o causador”, defendeu. “Nosso departamento jurídico está a postos para defender os interesses dos vigilantes”, finalizou.



Dono da Evik é presidente do Sindicato patronal

Registrada como Evik - Segurança e Vigilância Ltda., a empresa que hoje retira valores de vigilantes sem apresentar qualquer prova e sem se preocupar se esse desconto irá prejudicar os trabalhadores, é gerida por uma personalidade já conhecida do setor de vigilância no Estado de São Paulo: João Eliezer Palhuca. Palhuca é o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), um sindicato patronal e que tem compromisso apenas com os empresários. Segundo o site Consulta Sócio, João Eliezer Palhuca também é dono do Modus Centro de Formação e Reciclagem em Segurança Ltda e Porto Seguro Solução Profissional em Serviços Gerais Ltda. Em entrevista recente, logo que

assumiu o Sesvesp, Palhuca chegou a declarar que a negociação da Convenção Coletiva de 2017 foi boa para os patrões. “Toda a diretoria se empenhou e teve total autonomia para discutir, negociar e referendar resultados. A maior prova disso foi a melhor negociação salarial realizada neste ano”, declarou.

Sobre a Evik Segurança e Vigilância Ltda

A Evik é uma empresa com 21 anos de fundação. Presente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tem como foco Vigilância Patrimonial, Segurança Eletrônica e Facilities. De acordo com seu site oficial, a Evik oferece um ambiente saudável e meritocrático aos seus colaboradores. Entretanto, na internet os comentários dizem o contrário. Em uma postagem no Facebook, um vigilante alerta para a falta de compromisso da empresa. “Não confie na Evik. Bateram no meu carro. Me enrolaram mais de um ano e depois não pagaram. Uma empresa de segurança que não se pode confiar não devia existir”, escreveu um internauta. Já no Google as reclamações são sobre o abandono ao qual os vigilantes são submetidos. “Supervisores não vão nos postos (...) os vigilante trabalham abandonados”, escreveu outro. Em uma matéria publicada na internet no ano de 2009 o Jornal do Campus, da Universidade de São Paulo, denunciava as irregularidades no pagamento de horas extras e precarização das condições de trabalho dos vigilantes.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri



PORTO ALEGRE: SINDICATO GANHA MAIS UMA CAUSA PARA OS VIGILANTES EM PROCESSO CONTRA A COMANDER



Mais uma vitória do Departamento Jurídico do Sindivigilantes do Sul para os trabalhadores. Dia 10 de julho último, o juiz substituto da 2ª Vara do Trabalho de Gravataí, Mateus Crocolli Lionzo, deu ganho de causa ao sindicato no processo coletivo que moveu contra a Comander Vigilância e Segurança Privada Ltda. e a Câmara Municipal da cidade.

A empresa foi processada por dispensar

os vigilantes do posto sem o pagamento devido dos salários de maio do ano passado e as verbas rescisórias. Na audiência perante o juiz, a diretora Elisa Araújo e o advogado Maurício Vieira da Silva, da assessoria jurídica, representaram o sindicato.

Na sua sentença, o juiz concedeu praticamente tudo que o sindicato pediu na ação: saldo salarial de maio de 2017, aviso prévio proporcional, férias com um terço vencidas, gratificação natalina proporcional, inclusive sobre o aviso prévio, FGTS, com acréscimo de multa rescisória de 40%, e as multas previstas nos artigos 467 e 477 parágrafo 8º da CLT.

“Os valores devidos a título de FGTS e multa rescisória de 40% deverão ser recolhidos diretamente na conta vinculada da parte autora junto à CEF.. Comprovado o recolhimento, expeça-se alvará para o respectivo levantamento”, diz a sentença. A empresa ainda pode recorrer, vamos ver se fará isso.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Bahia: MAIS NOTICIAS DE LUTA DA SEMANA:

VIPRAGA ARMA GOLPE PARA 90 VIGILANTES DO AEROPORTO

Esta arapuca, de conhecido quebrão, armou um golpe e muitos vigilantes já caíram lá no aeroporto de Salvador. A caloteira pressionou e vários colegas foram na conversa e assinaram um tal “acordo da reforma trabalhista”, aquele em que o trabalhador perde metade da multa dos 40% do FGTS para o patrão, 20% do FGTS depositado para o Temer Ladrão e o Seguro Desemprego. É golpe, pois os larápios já embolsaram estes recursos. Ai arma para o trabalhador “dá na mão para patrão ladrão”.

Imagine que tem trabalhador perdendo cerca de 4 mil reais e alguns até mais. Sem contar que quem ficar desempregado não tem direito a Seguro Desemprego.

O Sindicato vai acionar o MPT e denunciar a armação Vipraga/ Infraero e Vinci.

VIGILANTES SEVMAX TEM PARALIZAÇÃO NESTA 2ª FEIRA

O Sindicato está mobilizando todos os colegas Sevmax para paralisar nesta segunda-feira. A caloteira pagou o salário a parte dos colegas, principalmente na capital e após o Cospe-Balas na porta da sede central do Correio na segunda, dia 16. Mas no interior os colegas estão sofrendo

com atraso no salário, alimentação e rescisão, entre outras irregularidades.

Mas, na capital ainda tem gente sem salario. São os colegas do DNOCS.

Outro grupo vítima da mesma caloteira são os 280 colegas que trabalharam de janeiro a março e que não receberam até agora a rescisão, apesar da caloteira ter firmado um compromisso de pagar a metade dos vigilantes dia 15/7 e os demais dias 25/7. Não pagou a quase ninguém e não há confiança de que vai pagar no dia 25.

Portanto a palavra de ordem é PARALIZAÇÃO GERAL DOS VIGILANTES

MAP, (VÊ SE PODE) PEDE 30 DIAS PARA ENTREGAR RECIBO DE FÉRIAS

Cobrada insistentemente para entregar os recibos de férias para que os vigilantes verifiquem a “mão boba” nos valores das férias pagas em junho, a empresa pediu mais 30 dias para entregar aos vigilantes e ao Sindicato os recibos de férias, alegando que o volume é muito grande.

O recibo é uma obrigação da empresa e um direito do vigilante. Tá na CLT.

Agora imagine que alegação sem vergonha: mais 30 dias. Queremos ver os recibos para confirmar a “mão boba” no bolso dos vigilantes.

Fonte: Sindvigilantes Bahia

O papel histórico dos sindicatos na defesa dos direitos



Entre os muitos retrocessos impostos pela Lei 13.467/17, da Reforma Trabalhista, além da questão do custeio, é o fim da obrigatoriedade da homologação das rescisões nos sindicatos. Uma regra que lesa o trabalhador e ataca direitos conquistados ao longo da luta do movimento sindical.

Estudo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade de Campinas (Unicamp), a partir de dados consolidados de 2016, mostra que a maioria das ações trabalhistas na Justiça decorre do descumprimento reiterado dos direitos por parte dos empregadores. E mais, cerca de 60% das ações trabalhistas eram referentes a irregularidades no momento da rescisão dos contratos. O Cesit ainda alerta para as demissões por acordo mútuo, modalidade que já soma mais de 10 mil rescisões, na qual o trabalhador tem direito a receber 80% do FGTS e metade da multa dos 40%.

Ao apresentar o estudo do Cesit em audiência pública no Senado, em maio deste ano, professora da Unicamp Marilane Teixeira condenou a reforma trabalhista e explicou que os números de 2016 só pioraram com a nova norma. Segundo ela, as mudanças, além de

aumentarem a insegurança com a precariedade do trabalho, vão reduzir o mercado de consumo pela redução da demanda. A professora lembrou que 65% da riqueza nacional é resultado do consumo das famílias, enquanto as exportações participam com apenas 12%.

Na mesma linha, a juíza do Trabalho Luciana Paula Conforti lembrou que as reformas trabalhistas e previdenciária realizadas na Espanha e no México já demonstraram “efeitos desastrosos no mercado de trabalho”. No caso do México, segundo a juíza, as medidas resultaram no aumento da informalidade e deixaram fora da Previdência Social 77% dos idosos. “No período de 2008 a 2014, a taxa de pobreza chegou a 39,1% da população e, a de indigência, a 12,1%”, afirmou.

Sindicato forte

Confirmando o alerta das centrais sindicais, a “Reforma” tem como foco desequilibrar as relações de trabalho, beneficiando apenas o empregador, e relegando ao trabalhador uma condição de “quase escravidão”. E para garantir isso a estratégia é esvaziar os sindicatos, e acabar com o seu papel fiscalizador.

Neste contexto, ganha centralidade a luta das centrais em defesa de um sindicato forte. É o sindicato que assume, sobretudo em contextos de mudança, o papel de monitorar as negociações e garantir a manutenção dos direitos. Somente organizada em suas entidades representativas, a classe trabalhadora alcançará novas vitórias.

Fonte: Portal CTB

Bandidos perfuram agência bancária e levam mais de R\$ 600 mil

Grupo teria feito buracos nas paredes do banco em Cajamar (SP) para entrar. Os cofres também foram furados para se ter acesso ao dinheiro



Suspeitos furaram os cofres para pegar a quantia de cerca de R\$ 632 mil - Divulgação/Polícia Militar

Uma agência do Banco do Brasil foi furtada na Avenida Vereador Joaquim Pereira Barbosa, no bairro Jordanésia, no município de Cajamar, região metropolitana de São Paulo, na tarde deste domingo (22).

Criminosos entraram na agência por buracos que abriram em uma das paredes do local.

O grupo (ainda não se sabe quantos eram) perfurou os cofres do banco e levou aproximadamente R\$ 632.000,00.

Quando a gerente do banco e os policiais

militares chegaram, encontraram o local revirado, as paredes quebradas e os cofres arrombados.

Publicidade

Fechar anúncio

O caso está na Delegacia de Cajamar e, por enquanto, ninguém foi preso.

A assessoria do Banco do Brasil informou por telefone que sabia do caso mas não tinha detalhes.

Fonte: R7

Lei obriga bancos da Paraíba a oferecer intérpretes para pessoas com deficiência auditiva

Estabelecimentos que descumprirem novas regras estarão sujeitos a advertência e multa

Uma lei que obriga os estabelecimentos bancários da Paraíba a oferecer atendimento diferenciado para pessoas com deficiências auditivas foi publicada no Diário Oficial do Estado na terça-feira (17). O serviço deverá ser prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os bancos têm dois anos para se adequar à nova regra.

No parágrafo único do artigo 1º, a Lei 11.178/2018

define ainda que, para aqueles que não se comuniquem em Libras, ou surdocegas, o serviço deve ser prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.

Após o prazo de adequação, os estabelecimentos que não cumprirem as exigências estarão sujeitos a advertência e, em caso de reincidência, multas com valores a serem definidos de acordo com o porte do estabelecimento e as circunstâncias da infração e, em nova reincidência, o valor será aplicado em dobro.

Fonte: Contraf-CUT

Trabalhadores têm até o fim do ano para sacar o abono salarial

Proposta para a prorrogação do saque do abono salarial deste ano foi apresentada pela CUT e aprovada na reunião do Codefat. Trabalhadores e trabalhadoras terão até o final do ano para receberem o benefício



O Ministério do Trabalho (MTE) anunciou a prorrogação do prazo para o saque do abono salarial (PIS-Pasep), ano-base 2016, que havia encerrado no fim de junho. Com a decisão, mais de dois milhões de beneficiários que deixaram de sacar o abono salarial poderão retirar os cerca de R\$ 1,5 bilhão que têm direito a partir do próximo dia 26 de julho até 30 de dezembro.

A proposta de prorrogação do prazo foi feita pela CUT ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que deferiu o pedido no último dia 12 deste mês.

Para o secretário de Administração e Finanças da CUT, Quintino Marques Severo, em tempos de grave crise econômica e aumento do desemprego no País, seria uma injustiça negar a prorrogação desse direito aos milhões de beneficiários que, por diversas razões, não puderam sacar os valores que vão de R\$ 80 a R\$ 954, dependendo do período em que trabalharam.

“Fiz o pedido em nome dos trabalhadores, pois avaliamos que há muita desinformação sobre o calendário de pagamentos e por essa razão muitos deixam de procurar a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil [instituições responsáveis pelo pagamento]”, diz o dirigente, que representa a CUT no Codefat.

Quintino defende que tanto o governo como os sindicatos realizem campanhas de esclarecimento e divulgação das datas de pagamento dos abonos. “É papel dos sindicatos orientar os trabalhadores assim como é papel da CUT defender os interesses da classe trabalhadora no Codefat e em qualquer outra instância do governo”.

Geração de emprego e renda

O secretário da CUT lembra, ainda, que a Central, além de defender políticas de amparo ao trabalhador, como o direito ao seguro-desemprego e pagamento do PIS/Pasep, tem apresentado propostas em relação à geração

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

de emprego e renda junto ao Codefat, como o Programa de Depósitos Especiais e a necessidade do fortalecimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que qualifica o trabalhador e contribui para sua reinserção no mercado de trabalho.

“Tenho insistido sobre a necessidade de fortalecer o Programa de Depósitos Especiais (PDE), que é uma linha de crédito especial, com taxas de juros mais baixas do que o mercado financeiro tradicional, cujo objetivo é oferecer às empresas condições para que elas possam investir e, com isso, abrir novas vagas de trabalho”, explica.

Serviço

Quem tem direito ao PIS/PASEP

Para ter direito, o cidadão do setor público ou privado deve ter trabalhado com carteira assinada em 2016 por no mínimo 30 dias e ter recebido até dois salários mínimos por mês.

Se o período trabalhado foi de 12 meses, o trabalhador vai receber o valor integral do benefício, que é de um salário mínimo (R\$ 954). Se o período trabalhado foi de apenas um mês, o valor será equivalente a 1/12 do salário (R\$ 79,50), e assim sucessivamente.

Locais de pagamento

O PIS pode ser sacado na Caixa Econômica Federal pelos trabalhadores da iniciativa privada.

Já o pagamento do Pasep para os servidores públicos é feito no Banco do Brasil.

Como sacar o benefício

Para sacar o abono do PIS, o trabalhador que possuir o Cartão do Cidadão e senha cadastrada pode se dirigir aos terminais de autoatendimento da Caixa ou a uma casa lotérica. Se não tiver o Cartão do Cidadão, pode receber o valor em qualquer agência da Caixa.

Os servidores públicos que têm direito ao Pasep precisam verificar se houve depósito em conta. Caso isso não tenha ocorrido, precisam procurar uma agência do Banco do Brasil e apresentar um documento de identificação.

Mais informações sobre o Pasep podem ser obtidas pelo telefone 0800-729-00-01.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF